

PARECER Nº 981/2024

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo: 20.281/2024 (Apenso ao Processo nº 16.426/2024)

Mensagem: 104/2024

Autor: Poder Executivo

Assunto: RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI QUE: “Institui, no âmbito do Município de Cuiabá, O Selo Empresa Amiga da Educação, e dá outras providências.”
(MENSAGEM 104)

I – RELATÓRIO

O projeto de lei original foi apresentado pelo Vereador Dr. Luiz Fernando.

Foi exarado o **Parecer nº 755/2024, de lavra desta CCJR, opinando pela aprovação da proposta com Emendas de Redação.**

A **pretensa legislação foi discutida, apreciada e aprovada em 02 (dois) Turnos pelo Soberano Plenário.**

O diploma normativo foi **vetado totalmente pelo Poder Executivo**, que justificou haver invasão na atribuição e estrutura da gestão municipal.

A análise jurídica cuidará apenas do Veto Total proposto.

É a síntese do necessário.

VETADO TOTALMENTE PELO PODER EXECUTIVO



II - EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O critério de repartição de competências da República Federativa do Brasil é o da predominância do interesse. Assim sendo cabe à União tudo que afeta ao país em seu aspecto nacional; aos Estados-Membros tudo quanto se vincular a seu próprio território e aos interesses predominantemente estaduais; e aos **Municípios tudo quanto afete aos interesses preponderantemente locais (art. 30, I da Constituição da República).**

A propositura não dispõe sobre a organização administrativa, bem como, não versa sobre servidores públicos, nem sobre seu regime jurídico, portanto, cuida de matéria não prevista no rol taxativo, reservado à iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo, conforme disposto no art. 27, I, II, III e IV, da Lei Orgânica Municipal.

Ademais, **o Poder Judiciário tem adotado posicionamento mais flexível em relação à iniciativa parlamentar para a edição de normas de conteúdo geral ou programático,** não havendo que se cogitar de vícios, eis que a **reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente,** conforme entendimento do **STF**, consolidado no **Tema 917 de Repercussão Geral:**

Recurso extraordinário com agravo. **Repercussão Geral.** 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. **Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro.** Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do chefe do Poder Executivo municipal. **Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. **Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte.** 5. Recurso extraordinário provido.

(Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 878.911 Rio de Janeiro, **Relator Ministro Gilmar Mendes**). *[Destacamos]*

As normas objeto das ADIs mencionadas abaixo **tratam especificamente da instituição de selos,** evidenciando o posicionamento predominante no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no sentido de que a **previsão de mera certificação não caracteriza ato concreto de administração:**



Ação direta de inconstitucionalidade. **Lei municipal. Implantação do selo 'amigo do idoso' destinado a entidades que atendem idosos nas modalidades asilar e não asilar, e empresas parceiras, com ações em benefício da pessoa idosa.** I. Inexistente vício de iniciativa legislativa. Rol constitucional exaustivo. Art. 24, §2º, CE, aplicável por simetria ao Município. Precedentes do Órgão Especial e STF. Tese nº 917 de Repercussão Geral. Não configurado ato concreto de administração, tampouco ato de planejamento e gerenciamento de serviços públicos municipais. **Usurpação de atribuições do Poder Executivo não verificada.** A concretização de lei que disponha sobre programa voltado à conscientização e estímulo à proteção do idoso é atividade inerente à atuação da administração. Lícito ao Legislativo Municipal impor ao Executivo o exercício de suas funções. Novos direitos e obrigações que devem ser introduzidos ao ordenamento justa e legitimamente por lei. **Suposta ausência da fonte dos recursos financeiros importaria, no máximo, na inexecuibilidade do programa no mesmo exercício orçamentário em que promulgada a norma questionada.** II. Art. 4º, contudo, tem natureza autorizativa. Afronta ao princípio da legalidade. Atuação de toda autoridade pública deve se submeter à soberania da lei, dotada de obrigatoriedade ínsita. Criação de Câmara Municipal de São Paulo Parecer - PL 0156/2021 Secretaria de Documentação Página 2 de 3 Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo novos direitos e obrigações no ordenamento jurídico. Não pode o legislador transferir o exercício dessa típica função à administração por meio de suposta "autorização". Celebração de parceria ou convênio imposta à administração, como forma de consecução da lei, abrange questão afeta à organização administrativa e ao funcionamento do Poder Executivo. Inconstitucionalidade apenas nesse particular. Violação ao art. 47, II, XIV e XIX, a, CE. Pedido julgado parcialmente procedente. Inconstitucionalidade apenas do art. 4º, da lei atacada. (TJSP, Órgão Especial, **ADI 2253854-95.2017.8.26.0000**, Rel. Des. Márcio Bartoli, j. 16.05.2018). [Destacamos]

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 16.808, de 23 de janeiro de 2018. Iniciativa parlamentar. **Institui o Selo Cidade Linda no Município de São Paulo. Inocorrência de vício de inconstitucionalidade formal, à luz dos artigos 61 da Constituição Federal e 24 da Constituição Estadual.** Ausência de previsão



orçamentária específica. Irrelevância. Cominação de prazo para regulamentação. Não cabimento. Ressalvada a posição deste Relator que entendia que a disposição de alguns assuntos estavam fora da alçada do Poder Legislativo e que havia disciplina legislativa sobre alguns atos de gestão, em violação ao princípio da separação entre os poderes neste passo, com desrespeito aos artigos 5º, 47, II e 144 da Constituição do Estado, a douta maioria entendeu constitucional também o disposto no art. 2º e seu parágrafo único, da Lei ora impugnada - Lei nº 16.808, de 23 de janeiro de 2018. À luz do presente feito, parece correto compreender que a lei em debate enquanto criadora de mera certificação conferida pela Administração Pública Municipal a pessoas jurídicas de direito privado que colaborem com o Poder Público na zeladoria urbana do Município - não se constitui em ato concreto de administração, tampouco se confunde com o planejamento e gerenciamento de serviços municipais. Na verdade, neste aspecto, cuida-se de norma geral obrigatória emanada a fim de proteger interesses da comunidade local, cabendo ao Município implantá-la por meio de provisões especiais, com respaldo no seu poder regulamentar (art. 84, IV, CF e 47, III, CE) respeitadas a conveniência e oportunidade da administração pública. **AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE** para declarar a inconstitucionalidade apenas da expressão "no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação" constante do art. 4º da Lei nº 16.808, de 23 de janeiro de 2018, do Município de São Paulo. (TJSP, Órgão Especial, **ADI 209527-18.2018.8.26.0000**, Rel. Des. Alex Zilenovski, j. 26.09.2018). [Destacamos]

Dessa forma, **e em consonância com a jurisprudência atual, depreende-se que a matéria não impacta na gestão administrativa do município e reúne condições para virar lei**, uma vez que apresentada no regular exercício da competência legislativa desta Casa, conforme demonstrado.

Por fim, **ressaltamos que o projeto de lei em comento cumpre todos os requisitos formais: iniciativa; competência para dispor da matéria etc. estando em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, as decisões da Suprema Corte e dos Tribunais Estaduais.**

Lembrando que **não cabe a esta Comissão qualquer análise de mérito quanto ao conteúdo do projeto de lei.**

2. CONCLUSÃO.



Opinamos pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL, salvo diferente juízo.

3. VOTO.

VOTO DO RELATOR PELA REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Cuiabá-MT, 23 de outubro de 2024



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 390036003300330030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Renivaldo Nascimento (Câmara Digital)** em 23/10/2024 17:38

Checksum: **3D30BEC5D53BF96CB5557C98BBB77C30483ADA9093B38CBFDE347983A7F5851C**

